

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras

Exercícios 2025 e 2024

Companhia Energética Miranda
CNPJ: 28.942.127/000-49
NIRE: 42 3 0004595-1

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

SUMÁRIO

Relatório da administração 3
Balanços patrimoniais 7
Demonstrações dos resultados 8
Demonstrações dos resultados abrangentes 8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 9
Demonstrações dos fluxos de caixa 10
Demonstrações dos valores adicionados 11
NOTA 1. Contexto operacional 12
NOTA 2. Apresentação das demonstrações financeiras 12
NOTA 3. Caixa e equivalentes de caixa 16
NOTA 4. Contas a receber de clientes 16
NOTA 5. Ativo financeiro de concessão 16
NOTA 6. Imobilizado 17
NOTA 7. Intangível 19
NOTA 8. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 20
NOTA 9. Debêntures 24
NOTA 10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos 25
NOTA 11. Patrimônio líquido 26
NOTA 12. Dividendos e juros sobre capital próprio 27
NOTA 13. Receita operacional líquida 28
NOTA 14. Resultado financeiro 29
NOTA 15. Partes relacionadas e remuneração da administração 30
NOTA 16. Seguros 31
NOTA 17. Compromissos de longo prazo 31
NOTA 18. Informações complementares ao fluxo de caixa 31
NOTA 19. Eventos subsequentes 31
Outras informações que a companhia entenda relevantes 32
Declaração dos diretores da companhia 34
Conselho de administração 35
Diretoria executiva 35
Departamento de contabilidade 35
Relatório dos auditores independentes 36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Miranda é uma sociedade anônima cujo objeto social é a geração de energia elétrica, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios. A Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Usina Hidrelétrica Miranda, no regime de cotas, com vigência até junho de 2048.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, com capacidade instalada de 408,0 MW e energia assegurada de 188,3 MW médios.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia foi de 1.384,6 GWh, desempenho 12,1% inferior à observada em 2024, que foi de 1.575,2 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingiu 94,52%, 5,74 p.p. superior ao obtido em 2024, de 88,78%.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2025	2024	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	376.713	360.316	16.397	4,6
Lucro bruto	296.877	292.297	4.580	1,6
Margem bruta	78,8%	81,1%		(2,3 p.p.)
Ebitda (Lajida)[1]	312.520	308.147	4.373	1,4
Margem Ebitda	83,0%	85,5%		(2,5 p.p.)
Depreciação e amortização	(16.862)	(16.111)	(751)	4,7
Resultado financeiro	(25.382)	(41.503)	16.121	(38,8)
Imposto de renda e contribuição social	(68.329)	(84.634)	16.305	(19,3)
Lucro líquido do exercício	201.947	165.899	36.048	21,7

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

5.1 Receita operacional líquida

Em 2025, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 16.397 mil (4,6%), atingindo R$ 376.713 mil, frente aos R$ 360.316 mil reconhecidos em 2024. Essa variação é consequência da combinação dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 15.316 mil na receita com transações de energia, sendo composto por: (i.i) aumento de R$ 15.085 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais; (i.ii) acréscimo de R$ 231 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo. Além disso, contribui com a variação positiva: (ii) aumento de R$ 3.928 mil referente à receita de prestação de serviços, motivado pela atualização monetária prevista nos contratos, atenuado por: (iii) redução de R$ 2.847 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão, motivado, substancialmente, pela redução do IPCA entre os exercícios em comparação. Mais detalhes sobre o item (i) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

5.2 Custos da energia vendida

	2025	2024	Var. (R$)	Var. (%)
Energia elétrica comprada para revenda	23.002	13.599	9.403	69,1
Depreciação e amortização	16.862	16.111	751	4,7
Materiais e serviços de terceiros	11.629	14.090	(2.461)	(17,5)
Pessoal	11.518	9.567	1.951	20,4
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	8.711	8.459	252	3,0
Seguros	4.953	4.044	909	22,5
Outros custos operacionais	3.161	2.149	1.012	47,1
	79.836	**68.019**	**11.817**	**17,4**

Os custos da energia vendida aumentaram em R$ 11.817 mil (17,4%) entre os exercícios em comparação, passando de R$ 68.019 mil em 2024 para R$ 79.836 mil em 2025. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) **Energia elétrica comprada para revenda:** acréscimo de R$ 9.403 mil entre os exercícios em análise. Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

b) **Materiais e serviços de terceiros:** redução de R$ 2.461 mil entre os exercícios, substancialmente impactada pelo reconhecimento em 2025 de créditos extemporâneos de PIS e COFINS sobre serviços realizados em 2024, redução nos custos de implementação de projetos não relacionados à modernização e redução dos custos com manutenção do ativo.

c) **Pessoal:** acréscimo de R$ 1.951 mil entre os exercícios, decorrente da alocação do quadro funcional para atendimento de obrigações operacionais e regulatórias, incluindo manutenções periódicas.

d) **Seguros**: acréscimo de R$ 909 mil entre os exercícios, principalmente devido ao reajuste contratual das apólices, refletindo o acréscimo nos custos de renovação.

5.3 Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

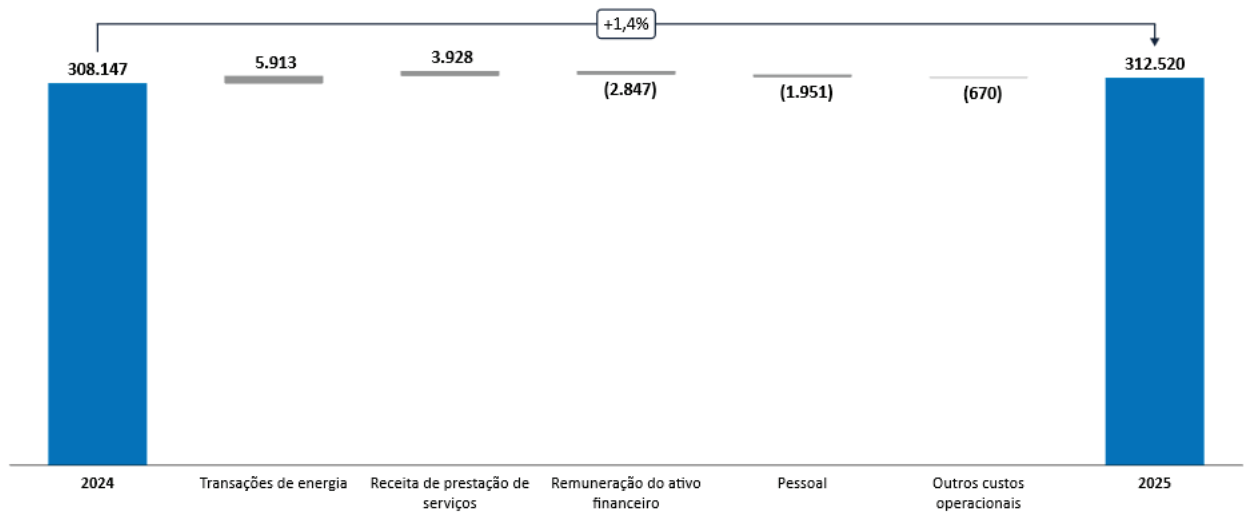
As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram aumentos de R$ 15.316 mil e de R$ 9.403 mil, respectivamente, ocasionando um acréscimo de R$ 5.913 mil no lucro bruto da Companhia. Esse acréscimo é resultado, substancialmente, pelo aumento do preço da energia vendida, proveniente de vendas para sua controladora ENGIE, atenuado pelo aumento das transações de compra de energia, devido à estratégia de sazonalização.

5.4 Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2025 foi de R$ 312.520 mil, R$ 4.373 mil (1,4%) acima do apurado em 2024, de R$ 308.147 mil.

Evolução do Ebitda

R$ mil



5.5 Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 16.121 mil (38,8%) entre os exercícios em análise, atingindo o montante de R$ 25.382 mil em 2025 (R$ 41.503 mil em 2024). A redução é, principalmente, resultado da menor variação monetária e dos juros sobre as debêntures devido à diminuição do saldo devedor entre os exercícios.

5.6 Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL reduziram R$ 16.305 mil (19,3%), passando de R$ 84.634 mil em 2024 para R$ 68.329 mil em 2025, em decorrência do reconhecimento dos efeitos fiscais da distribuição de juros sobre capital próprio, atenuados pelo aumento no lucro antes dos tributos.

5.7 Lucro líquido

O lucro líquido em 2025 foi de R$ 201.947 mil, R$ 36.048 mil (21,7%) superior aos R$ 165.899 mil apresentados em 2024, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.890	36.385
Contas a receber de clientes	4	20.875	18.968
Ativo financeiro de concessão	5	157.233	149.956
Outros ativos circulantes		5.993	6.013
		195.991	**211.322**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativo financeiro de concessão	5	1.198.622	1.165.366
Outros ativos não circulantes		-	12
		1.198.622	**1.165.378**
Imobilizado	6	**52.242**	**54.925**
Intangível	7	**304.989**	**318.685**
		1.555.853	**1.538.988**
TOTAL DO ATIVO		**1.751.844**	**1.750.310**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		13.062	16.786
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12	91.135	35.921
Debêntures	9	139.333	125.134
Imposto de renda e contribuição social a pagar		38.954	44.854
Outros passivos circulantes		8.852	7.852
		291.336	**230.547**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	9	68.369	195.053
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	213.580	189.478
		281.949	**384.531**
TOTAL DO PASSIVO		**573.285**	**615.078**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		598.278	590.713
Reservas de lucros		580.281	544.519
		1.178.559	**1.135.232**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.751.844**	**1.750.310**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	**376.713**	**360.316**
Custos da energia vendida			
Energia elétrica comprada para revenda		(23.002)	(13.599)
Depreciação e amortização		(16.862)	(16.111)
Materiais e serviços de terceiros		(11.629)	(14.090)
Pessoal		(11.518)	(9.567)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		(8.711)	(8.459)
Seguros		(4.953)	(4.044)
Outros custos operacionais		(3.161)	(2.149)
		(79.836)	**(68.019)**
LUCRO BRUTO		**296.877**	**292.297**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(1.347)	(1.080)
Outras receitas operacionais, líquidas		128	819
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**295.658**	**292.036**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	8.578	5.598
Despesas financeiras	14	(33.960)	(47.101)
		(25.382)	**(41.503)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**270.276**	**250.533**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	(44.227)	(57.637)
Diferido	10	(24.102)	(26.997)
		(68.329)	**(84.634)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**201.947**	**165.899**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO – EM REAIS	11	**0,34187**	**0,28084**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**201.947**	**165.899**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**201.947**	**165.899**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

				Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2023		**590.713**	**-**	**36.238**	**358.143**	**-**	**985.094**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	165.899	165.899
Destinações propostas à AGO[1]:							
- Reserva legal	11.b.1/12.a	-	-	8.296	-	(8.296)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	12.a/12.d	-	-	-	-	(15.761)	(15.761)
- Dividendos adicionais propostos	12.a/12.d	-	-	-	-	-	-
- Reserva de retenção de lucros	11.b.2	-	-	-	141.842	(141.842)	-
Saldos em 31.12.2024	**11**	**590.713**	**-**	**44.534**	**499.985**	**-**	**1.135.232**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	201.947	201.947
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	7.565	-	-	-	7.565
Aumento de capital	11.a	7.565	(7.565)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	12.a/12.d	-	-	-	-	(67.000)	(67.000)
Dividendos intermediários	12.d	-	-	-	(80.000)	-	(80.000)
Destinações propostas à AGO[1]:							
- Reserva legal	11.b.1/12.a	-	-	10.097	-	(10.097)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	12.a/12.d	-	-	-	-	(19.185)	(19.185)
- Reserva de retenção de lucros	11.b.2	-	-	-	105.665	(105.665)	-
Saldos em 31.12.2025	**11**	**598.278**	**-**	**54.631**	**525.650**	**-**	**1.178.559**

(1) Assembleia Geral Ordinária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	270.276	250.533
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(186.496)	(189.343)
Juros e variação monetária	33.063	46.307
Depreciação e amortização	16.862	16.111
Repactuação do risco hidrológico	(223)	-
Outros	27	21
Lucro antes dos tributos ajustado	**133.509**	**123.629**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.877)	(1.456)
Ativo financeiro de concessão	145.963	139.412
Outros ativos	(2.684)	(3.034)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(3.499)	353
Outros passivos	1.811	765
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**273.223**	**259.669**
Pagamento de juros sobre debêntures	(19.238)	(25.948)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(58.217)	(45.621)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**195.768**	**188.100**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(510)	(10.975)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(510)**	**(10.975)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures	(126.397)	(116.644)
Pagamento de dividendos	(100.921)	(65.000)
Aumento de capital	7.565	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(219.753)**	**(181.644)**
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(24.495)**	**(4.519)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	36.385	40.904
Saldo final	11.890	36.385
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(24.495)**	**(4.519)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita bruta de vendas	210.790	189.403
Remuneração do ativo financeiro de concessão	186.496	189.343
Outras receitas operacionais, líquidas	128	819
	397.414	**379.565**
(-) Insumos		
Energia elétrica comprada para revenda	(23.002)	(13.599)
Materiais e serviços de terceiros	(11.832)	(14.503)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	(8.711)	(8.459)
Repactuação do risco hidrológico	223	-
Outros	(6.072)	(2.544)
	(49.394)	**(39.105)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**348.020**	**340.460**
Depreciação e amortização	(16.862)	(16.111)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**331.158**	**324.349**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	8.578	5.598
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**339.736**	**329.947**

	2025	%	2024	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos	7.257	2,1	5.923	1,8
Benefícios	1.228	0,4	1.004	0,3
Participação nos resultados	1.161	0,3	870	0,3
FGTS[1]	472	0,1	354	0,1
	10.118	**2,9**	**8.151**	**2,5**
Do governo				
Impostos federais	89.827	26,4	103.652	31,4
Impostos estaduais	33	-	121	-
Encargos setoriais	3.593	1,1	4.825	1,5
	93.453	**27,5**	**108.598**	**32,9**
Do capital de terceiros				
Juros, V.M.[2] e ajuste a valor justo de debêntures	33.150	9,8	46.324	14,0
Aluguéis	268	0,1	211	0,1
Outras despesas financeiras	800	0,2	764	0,2
	34.218	**10,1**	**47.299**	**14,3**
Do capital próprio				
Reserva legal	10.097	3,0	8.296	2,5
Dividendos	19.185	5,6	15.761	4,8
Juros sobre o capital próprio	67.000	19,7	-	-
Reserva de retenção de lucros	105.665	31,2	141.842	43,0
	201.947	**59,5**	**165.899**	**50,3**
	339.736	**100,0**	**329.947**	**100,0**

(1) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(2) Variação Monetária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408 MW[1] e 188,3 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de aproximadamente 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada à Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

e) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais notas explicativas vinculadas a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas são:

Estimativas e julgamentos	Nota Explicativa
Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão	5
Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível	6 e 7
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração	6 e 7
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	10

e.1) Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão

A bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro de concessão, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração (RAG).

e.2) Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível

A Companhia reconhece a depreciação e amortização de seus ativos com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando eles são necessários.

e.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

e.4) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes, provenientes de diferenças temporárias, está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros.

f) Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	n/a[1]	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	IAS 28	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

(1) Sem correspondente direto nas normas internacionais.

g) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
IFRS 9 e IFRS 7 O IASB emitiu emenda aos IFRS 9 e IFRS 7 com alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares), e com alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	n/a[1]	n/a[1]	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	IFRS S1 e IFRS S2	12.09.2024	01.01.2026	A Companhia está estruturando o relatório, que será publicado em 2027, com referência ao ano-base de 2026.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11 As Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11, promovem alterações às seguintes normas IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa	n/a[1]	n/a[1]	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1)– Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	IFRS 18	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.
IFRS 19 A IFRS 19 permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	n/a[1]	n/a[1]	01.01.2027	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que a nova norma terá na prática atual.

(1) Alterações sem correspondente direto nas normas brasileiras.

h) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 10.03.2026.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática contábil:

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferida.

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	322	339
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	11.568	36.046
	11.890	**36.385**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2025 e 31.12.2024, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2025 e 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI - taxa referencial), respectivamente.

NOTA 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática contábil:

Contas a receber de clientes são reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2025	31.12.2024
Distribuidoras	10.521	9.940
ENGIE Brasil Energia	9.450	7.962
Transações realizadas na CCEE[1]	904	1.066
	20.875	**18.968**

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia no ACR é de aproximadamente 17 dias, e para os contratos comercializados no ambiente de contratação livre (ACL) é de aproximadamente 14 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em suas contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Prática contábil:

Corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do RBO, para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente. Os ativos financeiros de concessões são remunerados pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

Em 27.09.2017, a Engie, Controladora da Companhia, foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, pelo período de, aproximadamente, 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física das usinas, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (10,5% a.a.), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

O direito de extensão do prazo de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico, tratada na Nota 7 – Intangível, de aproximadamente 6 meses, não gerou direitos adicionais de recebimento de RBO.

a) Composição

	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	157.233	1.198.622	**1.355.855**	149.956	1.165.366	**1.315.322**

b) Mutação do ativo financeiro de concessão

Saldo em 31.12.2023	**1.265.391**
Recebimentos	(139.412)
Juros	90.496
Variação monetária	98.847
Saldo em 31.12.2024	**1.315.322**
Recebimentos	(145.963)
Juros	89.237
Variação monetária	97.259
Saldo em 31.12.2025	**1.355.855**

c) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
2027	130.489
2028	118.017
2029	106.761
2030	96.581
2031	87.372
2032 a 2036	273.676
2037 a 2047	385.726
	1.198.622

NOTA 6. IMOBILIZADO

Prática contábil:

Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

a) Composição

		31.12.2025			31.12.2024		
	Taxa média depreciação % (a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	5,0%	58.057	(6.601)	51.456	55.706	(3.693)	52.013
Móveis e utensílios	6,2%	848	(224)	624	812	(164)	648
		58.905	**(6.825)**	**52.080**	**56.518**	**(3.857)**	**52.661**
Em curso							
Máquinas e equipamentos		162	-	162	2.264	-	2.264
		162	**-**	**162**	**2.264**	**-**	**2.264**
		59.067	**(6.825)**	**52.242**	**58.782**	**(3.857)**	**54.925**

b) Mutação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2023	**27.105**	**654**	**18.174**	**45.933**
Ingressos	-	-	11.206	11.206
Transferências	27.072	44	(27.116)	-
Baixas	(21)	-	-	(21)
Depreciação	(2.143)	(50)	-	(2.193)
Saldos em 31.12.2024	**52.013**	**648**	**2.264**	**54.925**
Ingressos	-	-	285	285
Transferências	2.351	36	(2.387)	-
Baixas	(17)	(8)	-	(25)
Depreciação	(2.891)	(52)	-	(2.943)
Saldos em 31.12.2025	**51.456**	**624**	**162**	**52.242**

NOTA 7. INTANGÍVEL

Prática contábil:

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu em 2021 o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto nas Leis nº 14.052/2020, nº 14.182/2021 e resolução autorizativa nº 16.467/2025, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Direito de uso de ativos".

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

Avaliação do valor de recuperação do intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda *(impairment)* é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

		31.12.2025			31.12.2024		
	Período de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total	Custo	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2048	411.224	(111.679)	299.545	411.224	(98.005)	313.219
Direito de uso de ativos[1]	Até 2048	6.570	(1.126)	5.444	6.347	(881)	5.466
		417.794	**(112.805)**	**304.989**	**417.571**	**(98.886)**	**318.685**

(1) O saldo líquido de amortização é composto por: (i) R$ 5.413 referente a repactuação do risco hidrológico; e (ii) R$ 31 referente a *Softwares*.

A movimentação do ativo intangível foi esta:

	Bonificação pela outorga	Direitos de uso de ativos	Total
Saldos em 31.12.2023	**326.894**	**5.709**	**332.603**
Amortização	(13.675)	(243)	(13.918)
Saldos em 31.12.2024	**313.219**	**5.466**	**318.685**
Direito de extensão de concessão	-	223	223
Amortização	(13.674)	(245)	(13.919)
Saldos em 31.12.2025	**299.545**	**5.444**	**304.989**

a) Bonificação pela outorga

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 5 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura da Usina Hidrelétrica Miranda para geração e venda de energia no ACL. Esse montante foi reconhecido no intangível e está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão das Usinas.

b) Direito de uso de ativos – repactuação do risco hidrológico

No exercício de 2025 Companhia reconheceu o montante de R$ 223 referente a prorrogação da concessão relativa aos impactos não hídricos. Em 2024, as movimentações nos saldos de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica referem-se às amortizações dos exercícios, que estão sendo realizadas linearmente até o prazo final da extensão.

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31.12.2025 e 31.12.2024 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 8. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos:

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos ao risco de variação do IPCA. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	31.12.2025	31.12.2026	Provável	Δ + 25% (1)	Administração (1)
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2025, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2026 e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	207.702	429	(1.692)	(82)
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.355.855	(3.370)	(24.819)	4.001

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros.

A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Debêntures	207.702	320.187
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11.890)	(36.385)
Dívida líquida	**195.812**	**283.802**
Patrimônio líquido	**1.178.559**	**1.135.232**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,2**	**0,2**

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2025, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 9 – Debêntures).

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 15 – Transações com partes relacionadas.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia estão alocados no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. Em 31.12.2025, a alocação do patrimônio do fundo era em ativos de baixíssimo risco, sendo sua maioria lastreados em títulos públicos federais, com liquidez diária e atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	Fluxo de caixa contratual	Contábil
Fornecedores	13.062	-	13.062	13.062
Debêntures	150.906	71.147	222.053	207.702
	163.968	**71.147**	**235.115**	**220.764**

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

f) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) acontece, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a Miranda, está sujeita às variações pelas condições hidrológicas verificadas, tanto pelas condições na região geográfica em que a usina opera como pelas condições em usinas de outras cascatas, que venham a influenciar no volume de água disponível para geração.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderá afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que funciona como um “condomínio”, em que o risco hidrológico é compartilhado entre todas as usinas participantes do Mecanismo.

Em 31.12.2025, a parcela da Usina Hidrelétrica Miranda destinada ao atendimento de Cotas de Garantia Física – 226,8 MW médios – é garantida pelas regras contratuais estabelecidas pelo Poder Concedente e também está blindada desse risco, vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

Com relação aos impactos causados no MRE por razões não hidrológicas do passado, os geradores terão direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração de forma a compensar as perdas percebidas, nos termos das Leis nº 14.052/2020, Lei nº 14.182/2021 e resolução autorizativa nº 16.467/2025. Mais detalhes estão apresentados na Nota 7 – Intangível.

g) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Hierarquia	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 1	11.568	36.046
Custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários à vista	N.A.	322	339
Contas a receber de clientes	N.A.	20.875	18.968
Ativo financeiro de concessão	N.A.	1.355.855	1.315.322
		1.388.620	**1.370.675**
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	N.A.	13.062	16.786
Debêntures	N.A.	207.702	320.187
		220.764	**336.973**

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

-Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

h) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e nas debêntures. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2025		31.12.2024	
	Contábil	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Ativo financeiro de concessão	1.355.855	1.271.092	1.315.322	1.321.806
Debêntures	207.702	203.863	320.187	317.100

NOTA 9. DEBÊNTURES

Prática contábil:

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a) Composição

	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	138.759	68.369	207.128	124.329	195.053	319.382
Encargos	574	-	574	805	-	805
Debêntures	**139.333**	**68.369**	**207.702**	**125.134**	**195.053**	**320.187**

b) Mutação das debêntures

	Total
Saldo em 31.12.2023	**416.455**
Juros	26.850
Variações monetárias	19.474
Amortização do principal	(116.644)
Amortização de juros	(25.948)
Saldo em 31.12.2024	**320.187**
Juros	20.048
Variações monetárias	13.102
Amortização do principal	(126.397)
Amortização de juros	(19.238)
Saldo em 31.12.2025	**207.702**

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento			
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Saldos em 31.12.2025
1ª Emissão - Série 2	386.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestrais a partir de 12.2018	Semestrais a partir de 06.2020	06.2027	207.702

d) Garantias

As garantias das debêntures são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (d) fiança corporativa.

e) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2027	68.369

f) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2025
Debêntures - 1ª emissão	índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	1,80

Os *covenants* das debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Prática contábil:

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

a.1) Composição

	31.12.2025				31.12.2024
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	1.386.528	346.632	124.788	471.420	408.011
Intangível de bonificação pela outorga	257.666	64.417	23.190	87.607	76.879
Repactuação do risco hidrológico	5.413	1.353	487	1.840	1.844
		412.402	**148.465**	**560.867**	**486.734**
Ativo:					
RBO	993.273	248.318	89.395	337.713	287.848
Custo de gestão de infraestrutura da usina	26.895	6.724	2.421	9.145	9.018
Outros	1.262	315	114	429	390
		255.357	**91.930**	**347.287**	**297.256**
Valor líquido		**157.045**	**56.535**	**213.580**	**189.478**

a.2) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos do exercício, líquidos

Saldo em 31.12.2023	**162.481**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	26.997
Saldo em 31.12.2024	**189.478**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	24.102
Saldo em 31.12.2025	**213.580**

a.3) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2026	28.037	34.466
2027	14.918	34.466
2028	14.918	34.466
2029	14.918	42.570
2030	14.918	38.532
2031 a 2033	44.753	86.878
2034 a 2036	44.753	78.185
2037 a 2039	44.753	31.801
2040 em diante	125.320	179.503
	347.288	**560.867**

b) Conciliação dos tributos no resultado

Prática contábil:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

	2025			2024		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Resultado antes dos tributos	**270.276**	**270.276**	**270.276**	**250.533**	**250.533**	**250.533**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Tributos às alíquotas nominais	**(67.569)**	**(24.325)**	**(91.894)**	**(62.633)**	**(22.548)**	**(85.181)**
Juros sobre o capital próprio destinados	16.750	6.030	22.780	-	-	-
Outros	667	118	785	584	(37)	547
	(50.152)	**(18.177)**	**(68.329)**	**(62.049)**	**(22.585)**	**(84.634)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(32.430)	(11.797)	(44.227)	(42.198)	(15.439)	(57.637)
Diferido	(17.722)	(6.380)	(24.102)	(19.851)	(7.146)	(26.997)
	(50.152)	**(18.177)**	**(68.329)**	**(62.049)**	**(22.585)**	**(84.634)**
Alíquota efetiva	**19%**	**7%**	**25%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14.08.2025, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social, sem a emissão de novas ações, por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado no segundo semestre de 2025, no montante de R$ 7.565.

Desta forma, o capital social da Companhia, em 31.12.2025 é de R$ 598.278 (R$ 590.713 em 31.12.2024), totalmente subscrito e integralizado, representado por 590.713.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 590.713.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2025, a Administração da Companhia está propondo a destinação do montante de R$ 105.665 (em 31.12.2024 foi destinado R$ 141.842). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	201.947	165.899
Média de ações ordinárias	590.713.140	590.713.140
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,34187**	**0,28084**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 12. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Prática contábil:

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; (iii) juros sobre o capital próprio – na data do crédito aos acionistas; e (iv) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela AGO.

a) Cálculo

	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	201.947	165.899
Reserva legal	(10.097)	(8.296)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**191.850**	**157.603**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	19.185	15.761
Juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda retido	56.950	-
Subtotal	**76.135**	**15.761**
Imposto de renda retido sobre os juros sobre o capital próprio	10.050	-
Total dos dividendos anuais	**86.185**	**15.761**
Percentual do lucro líquido ajustado	**45%**	**10%**

b) Composição do saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Saldo em 31.12.2023	**85.160**
Dividendos aprovados	**15.761**
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2024	15.761
Dividendos pagos	**(65.000)**
Dividendos adicionais propostos - exercício de 2022	(27.000)
Dividendos intercalares - exercício 2023	(38.000)
Saldo em 31.12.2024	**35.921**
Dividendos e juros sobre capital próprio aprovados	**156.135**
Dividendos intermediários com base no saldo da conta de reserva de retenção de lucros - exercício de 2024	80.000
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2025	19.185
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido - exercício 2025	56.950
Dividendos pagos	**(100.921)**
Dividendos adicionais propostos - exercício de 2022	(20.160)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2024	(15.761)
Dividendos intermediários com base no saldo da conta de reserva de retenção de lucros - exercício de 2024	(65.000)
Saldo em 31.12.2025	**91.135**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Distribuição de dividendos

Em 28.04.2025, na 7ª AGO da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31.12.2024, no valor de R$ 15.761 (R$ 0,02668026564 por ação), o qual foi pago em 16.06.2025. No exercício de 2022 foram destinados dividendos adicionais propostos no valor de R$ 47.160 (R$ 0,08093927417 por ação). Deste valor, R$ 27.000 foram pagos em 2024 e os R$ 20.160 restantes foram liquidados em 2025.

Em 17.12.2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 01.01.2025 a 31.12.2025, no valor bruto de R$ 67.000, correspondente a R$ 0,11342225412 por ação, e serão pagos posteriormente conforme definido pela Diretoria Executiva da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 30.12.2025, aprovou a distribuição de dividendos intermediários, com base na reserva de retenção de lucro do exercício de 2024, no valor de R$ 80.000 (R$ 0,13542955716 por ação), o qual foi pago parcialmente, no montante de R$ 65.000 (R$ 0,11003651519 por ação) dentro do mesmo mês. O pagamento do montante restante será definido pela Diretoria Executiva da Companhia posteriormente.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 10.03.2026, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31.12.2025, no valor de R$ 19.185 (R$ 0,03247770068 por ação). A data de pagamento será definida pela Diretoria Executiva da Companhia posteriormente.

NOTA 13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Prática contábil:

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita operacional bruta é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

A Companhia recebe, para a energia vendida no ACR, como parte da RAG, a parcela referente à GAG, a qual é destinada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção da Usina e visa evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida.

A remuneração de ativo financeiro de concessão corresponde aos juros e à variação monetária apurados sobre o saldo de ativo financeiro de concessão vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	120.814	104.013
Receita GAG - operação e manutenção	85.579	81.250
Transações no mercado de curto prazo	4.397	4.140
	210.790	**189.403**
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(19.498)	(17.520)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.075)	(910)
	(20.573)	**(18.430)**
Remuneração de ativo financeiro de concessão	**186.496**	**189.343**
Receita operacional líquida	**376.713**	**360.316**

NOTA 14. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	8.481	5.565
Juros sobre valores a receber	96	30
Outros juros e variações monetárias	1	-
Outras receitas financeiras	-	3
	8.578	**5.598**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	33.150	46.324
Outros	10	13
Outras despesas financeiras	800	764
	33.960	**47.101**
Resultado financeiro	**25.382**	**41.503**

NOTA 15. PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

a) Remuneração da administração

Nos exercícios findos em 31.12.2025 e 31.12.2024 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.12.2025				
ENGIE Brasil Energia	9.450	899	-	91.135
Total	**9.450**	**899**	**-**	**91.135**
31.12.2024	**7.962**	**291**	**1.074**	**35.921**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 57,5 MW médios, ao preço de R$ 187,75/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2025 era de R$ 417.030.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do MRE, incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o GSF.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2025 e 31.12.2024 foram:

	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia[1]	Serviços de terceiros
2025			
ENGIE Brasil Energia	109.639	23.002	-
Outras	-	-	466
Total	**109.639**	**23.002**	**466**
2024	**94.392**	**13.599**	**726**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

d) Acordo operativo

Em 2024, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Miranda. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 26.12.2024. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.569.

NOTA 16. SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2026 e o valor da cobertura é R$ 2.078.621, sendo R$ 1.932.454 referente a danos materiais e R$ 146.167 a lucros cessantes.

NOTA 17. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A companhia considera os compromissos de longo prazo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Utilização do sistema	35.704	35.704	35.704	35.704	35.704	606.974	785.494
Modernização	1.279	-	-	-	-	-	1.279
Contratos de operação e manutenção	2.972	-	-	-	-	-	2.972
Saldo em 31.12.2025	**39.955**	**35.704**	**35.704**	**35.704**	**35.704**	**606.974**	**789.745**

a) Utilização do sistema

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição (CUSD) com o ONS, o qual tem vigência até a data de término da concessão.

b) Modernização

A Companhia possui contrato de modernização do sistema digital de supervisão e controle, sistemas comuns e do sistema de proteção e oscilografia para as três unidades geradoras e sistemas comuns da Usina.

c) Contratos de operação e manutenção

No exercício de 2025, a Companhia manteve contrato de manutenção dos equipamentos, conservação, limpeza e apoio nas atividades operacionais de meio ambiente.

NOTA 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	2025	2024
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(2.782)	(1.292)
Fornecedores de imobilizado e intangível	(225)	231

NOTA 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Destinação de resultados de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 10.03.2026, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de destinação para a reserva de retenção de lucros no montante de R$ 105.665.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Balanço patrimonial e demonstração do resultado ajustados por efeitos regulatórios.

Mais informações vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

ATIVO

		31.12.2025			31.12.2024		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		11.890	-	11.890	36.385	-	36.385
Contas a receber de clientes	(i)	20.875	13.819	34.694	18.968	13.117	32.085
Ativo financeiro de concessão	(i)	157.233	(157.233)	-	149.956	(149.956)	-
Outros ativos circulantes		5.993	-	5.993	6.013	-	6.013
		195.991	**(143.414)**	**52.577**	**211.322**	**(136.839)**	**74.483**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Ativo financeiro de concessão	(i)	1.198.622	(1.198.622)	-	1.165.366	(1.165.366)	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	12	-	12
		1.198.622	**(1.198.622)**	**-**	**1.165.378**	**(1.165.366)**	**12**
Imobilizado		**52.242**	**26.895**	**79.137**	**54.925**	**26.520**	**81.445**
Intangível	**(i)**	**304.989**	**691.111**	**996.100**	**318.685**	**722.663**	**1.041.348**
		1.555.853	**(480.616)**	**1.075.237**	**1.538.988**	**(416.183)**	**1.122.805**
TOTAL		**1.751.844**	**(624.030)**	**1.127.814**	**1.750.310**	**(553.022)**	**1.197.288**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		31.12.2025			31.12.2024		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		13.062	-	13.062	16.786	-	16.786
Dividendos e juros sobre o capital próprio		91.135	-	91.135	35.921	-	35.921
Debêntures		139.333	-	139.333	125.134	-	125.134
Imposto de renda e contribuição social a pagar		38.954	-	38.954	44.854	-	44.854
Outros passivos circulantes		8.852	-	8.852	7.852	-	7.852
		291.336	**-**	**291.336**	**230.547**	**-**	**230.547**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures		68.369	-	68.369	195.053	-	195.053
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	213.580	(212.170)	1.410	189.478	(188.029)	1.449
		281.949	**(212.170)**	**69.779**	**384.531**	**(188.029)**	**196.502**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.178.559**	**(411.860)**	**766.699**	**1.135.232**	**(364.993)**	**770.239**
TOTAL		**1.751.844**	**(624.030)**	**1.127.814**	**1.750.310**	**(553.022)**	**1.197.288**

		RESULTADO					
		2025			2024		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita Operacional Líquida		376.713	(7.239)	369.474	360.316	(17.807)	342.509
Custos operacionais		(79.836)	(63.771)	(143.607)	(68.019)	(61.877)	(129.896)
LUCRO BRUTO	**(i)**	**296.877**	**(71.010)**	**225.867**	**292.297**	**(79.684)**	**212.613**
Despesas operacionais, líquidas		(1.219)	-	(1.219)	(261)	-	(261)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**295.658**	**(71.010)**	**224.648**	**292.036**	**(79.684)**	**212.352**
Resultado financeiro		(25.382)	-	(25.382)	(41.503)	-	(41.503)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**270.276**	**(71.010)**	**199.266**	**250.533**	**(79.684)**	**170.849**
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(68.329)	24.143	(44.186)	(84.634)	27.094	(57.540)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**201.947**	**(46.867)**	**155.080**	**165.899**	**(52.590)**	**113.309**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão, intangível e imobilizado

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica "Remuneração do ativo financeiro de concessão". A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) – reconhecido na rubrica "Receita GAG – operação e manutenção"; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível é amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica "Suprimento de energia elétrica".

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de PIS e Cofins.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Guilherme Gorga Azambuja
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 10 de março de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Slovinski Ferrari
Presidente

Leonardo Germano Depiné
Conselheiro

Marcelo Brugnaro Schultz
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e
de Relações com Investidores

Guilherme Gorga Azambuja
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri
Contadora - CRC SC 036392/O-4



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Companhia Energética Miranda
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Miranda ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão, do suprimento de energia elétrica, da remuneração dos serviços de operação e manutenção (GAG) e das transações no mercado de curto prazo. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância dos valores envolvidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu R$ 186.496 mil decorrente de juros e atualização monetária do ativo financeiro da concessão, R$ 109.639 mil decorrente do suprimento de energia elétrica, R$ 76.626 mil decorrente da remuneração dos serviços de operação e manutenção e R$ 3.952 decorrente de transações no mercado de curto prazo.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

(i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas de suprimento de energia elétrica, transações no mercado de curto prazo e da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(ii) Avaliação da razoabilidade das estimativas contábeis da receita de energia, reconhecidos ao final do exercício;
(iii) Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da estimativa;
(iv) Avaliação do relatório de liquidação subsequente emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada pela Companhia;
(v) Recálculo da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(vi) Teste de recebimento e pagamento subsequente de faturas, por amostragem; e
(vii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobres as receitas, incluídas na nota 13 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações.

Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Shape the future
with confidence

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Shape the future
with confidence

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 10 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O